

# Manifesto da Lista C

---

## Renovação, Diversidade e Cultura Democrática

Delegado: **Luís Belchior dos Santos** (FCUP) email: [lbsantos@fc.up.pt](mailto:lbsantos@fc.up.pt)

*A defesa da diversidade institucional, do pluralismo e da participação como fundamentos da cultura democrática da Universidade do Porto. A convicção de que essa cultura é o alicerce do que significa viver e trabalhar numa Universidade.*

Há quatro anos, um grupo de docentes de todas as faculdades da U.Porto decidiu lançar uma candidatura ao conselho geral – a “Mudança Segura” – que congregava preocupações com as tendências de centralização e de diminuição da participação democrática na vida institucional, que o RJIES anunciava e os estatutos da UPorto reforçavam. Ao longo destes 4 anos, no Conselho Geral, foi assumida uma clara e combativa oposição a estas políticas, e é esse o compromisso que se volta a estabelecer com esta nova candidatura – que repousa nessa experiência, mas se renova e alarga com este novo compromisso.

*Uma visão da UPORTO como Universidade de investigação, onde se produz e difunde o conhecimento e se inova nas formas de intervenção, nas várias áreas do saber, afirmando que essa diversidade constitui condição essencial para afirmar a riqueza da Universidade do Porto.*

Esta visão da universidade supõe que a UPorto deve assumir a sua missão **pública**, um espaço de liderança e compromisso com a cidade e o País, não apenas pela relevância social da investigação que produz, pela qualidade da formação que oferece, pela extensão e prestação de serviços de natureza muito diversa ..., mas também porque não se demite de uma intervenção competente, responsável e crítica nos problemas da cidade e do País – e reconhece que essa intervenção é um compromisso essencial de uma Universidade em tempos de crise.

Ademais, trata-se ainda de reclamar a liderança das universidades na investigação, o que se deve traduzir num esforço sistemático de captação de investimentos para que a UPorto disponha de recursos próprios para o desenvolvimento de áreas de investigação inovadoras ou especialmente relevantes. Esta captação de investimentos deve ser uma prioridade e só ela garante a verdadeira sobrevivência e independência da investigação como área estratégica na UPorto.

*Uma clara abertura à sociedade e a grupos diversos de cidadãos, aos melhores estudantes, venham de onde vierem, não deixando de afirmar políticas de inclusão e apoio à progressão de estudantes com dificuldades económicas ou de estudantes com incapacidades.*

Uma Universidade deve ser um lugar que pensa e cuida das pessoas que a constituem. Isto significa que há que promover o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes. O abandono do ensino superior, que a crise tem estimulado, é inaceitável e requer soluções criativas e de proximidade, incompatíveis com a burocratização excessiva dos apoios existentes, que atuam, frequentemente, como efetivas barreiras à manutenção nos cursos e à qualidade das aprendizagens. Há, também, que cuidar e valorizar do bem-estar e das condições de trabalho de docentes, investigadores e pessoal não docente – reconhecendo que todos, mas todos, são a “Universidade”. Promover esta pertença significa reconhecer as muitas diversidades e diferenças que nos cruzam, estimulando um compromisso comum com a excelência do ensino, da investigação e da prestação de serviços à comunidade.

*Uma forte oposição a lógicas de centralismo do poder e de diminuição da transparência e da prestação de contas dos órgãos dirigentes da Uporto e das suas faculdades, como é o caso do regulamento orgânico aprovado pelo atual Conselho Geral.*

É de salientar que esta posição não é incompatível, bem pelo contrário, com uma política que vise articular e melhorar a qualidade do funcionamento das unidades orgânicas com o objetivo de atingir níveis mais elevados de eficácia e eficiência institucionais. Mas somos claramente contra uma reorganização imposta a partir de cima, que não seja o resultado de um processo discutido e construído com as faculdades, pois as lógicas de colaboração e articulação não se esgotam na linguagem de fusões e aquisições que parece muitas vezes dominar as conversas sobre a universidade. Qualquer processo conducente à reorganização da Universidade, quanto à sua estrutura ou modos de funcionamento, deve ser realizado com (e não contra) os estudantes, docentes e investigadores, e pessoal não-docente, requerendo a participação destes como condição essencial da sua legitimação.

*Os serviços comuns, serviços centrais ou serviços de apoio às actividades académicas deverão alterar a sua postura e passarem a ser verdadeiros prestadores de serviços, de acordo com as necessidades das unidades orgânicas, docentes, investigadores, pessoal não-docente e estudantes.*

A eficiência passa também pela qualidade da informação disponível e dos dispositivos de gestão da informação, nomeadamente o SIGARRA – e, desse ponto de vista, há muito trabalho de melhoria a ser feito pelos serviços centrais da Universidade, com vista a colocar as ferramentas ao serviço da qualidade do trabalho dos docentes, dos investigadores e do pessoal não docente (e não o contrário!), e como expressão de uma cultura institucional cidadã. Passa ainda pelo reconhecimento de que a

regulamentação excessiva tem sido um instrumento de controlo e não um exercício de autonomia pedagógica e científica, com múltiplos regulamentos e procedimentos relativos aos cursos e à avaliação dos docentes, tendente a esvaziar o conteúdo intelectual, cultural, científico e pedagógico do trabalho académico, reduzindo-o ao cumprimento passivo de normativos administrativo-burocráticos.

*A crença de que o Conselho Geral é um lugar de monitorização, controlo, discussão e crítica das políticas da Universidade e exige representantes dos docentes independentes, informados, com consciência cívica e comprometidos com a Universidade como um todo.*

O Conselho Geral não é um órgão executivo, mas tem um papel central na vida da Universidade, definindo políticas e supervisionando os atos de gestão. É importante que o Conselho represente as várias tendências e visões que coexistem na nossa Universidade e seja um lugar de amplo e aberto debate, discussão e deliberação sobre as políticas da universidade. É essencial recuperar o valor do Conselho Geral como órgão maior de participação democrática no governo da Universidade. O compromisso dos membros desta lista é o de afirmar essa garantia de que a voz dos que acreditam numa Universidade diversa, plural e democrática é o pressuposto primeiro do desenvolvimento da Universidade do Porto.

**Acompanhe o espaço de opinião da LISTA C, Renovação, Diversidade e Cultura Democrática a partir de 16 de Maio em <http://lbsantos.wix.com/cg-uporto-lista-c>.**

**Somos ...**

<b>efetivos</b>	<b>suplentes</b>
Ana <b>Paula Soares</b> Dias Ferreira (FMUP)	<b>Alexandre</b> Martins Campos de <b>Lima</b> (FCUP)
<b>André</b> Alberto Sousa <b>Melo</b> (FCUP)	Carla <b>Sofia Marques da Silva</b> (FPCEUP)
<b>António Manuel</b> Leal F. M.da <b>Fonseca</b> (FADEUP)	<b>Catarina Sofia Silva Martins</b> (FBAUP)
Carlos <b>Nuno Lacerda</b> Lopes (FAUP)	<b>Fernando</b> Manuel Pereira de <b>Noronha</b> (FCUP)
<b>Corália</b> Maria F. de Brito <b>Vicente</b> (ICBASUP)	<b>João</b> Abel <b>Peças Lopes</b> (FEUP)
<b>Gabriel</b> de Sousa Torcato <b>David</b> (FEUP)	<b>João</b> Manuel P. da Silva e Almeida <b>Veloso</b> (FLUP)
<b>Isabel</b> M. Alves e <b>Menezes</b> Figueiredo (FPCEUP)	José <b>Luís</b> Lopes <b>Fernandes</b> (FPCEUP)
<b>José</b> Carlos de <b>Paiva</b> e Silva (FBAUP)	<b>Júlio</b> Manuel <b>Garganta</b> da Silva (FADEUP)
Luís <b>Miguel</b> D. P. <b>Pestana de Vasconcelos</b> (FDUP)	<b>Luís</b> António P. de Meneses <b>Corte-Real</b> (FEUP)
<b>Manuel</b> Vicente de Sousa Lima <b>Loff</b> (FLUP)	<b>Maria Luísa Malato</b> da Rosa B. F. da Cunha (FLUP)
<b>Paula</b> Cristina Branquinho de <b>Andrade</b> (FFUP)	<b>Paula</b> Maria das Neves <b>Ferreira</b> da Silva (ICBASUP)
<b>Paulo</b> Ricardo Tavares <b>Mota</b> (FEP)	<b>Sílvio</b> Marques de Almeida <b>Gama</b> (FCUP)